

TÓPICO I: A "Língua falada", a "Língua escrita", e o estudo da língua portuguesa

Semana 2

A Norma Ortográfica:

Legislações sobre a escrita da língua

MATERIAIS PARA ESTA AULA

- 📖 Discussões e perguntas da semana no Fórum de FLC0115 - 2010231 (<http://moodle.stoa.usp.br/mod/forum/discuss.php?d=6024>)

Leitura na bibliografia específica para o tópico:

- 📖 CASTILHO, Ataliba Teixeira de (2010). *Capítulo 1 O que se entende por língua e gramática: 1.4 A Língua é um conjunto de "usos bons" - Gramática Prescritiva: 1.4.3 Norma Ortográfica*. In: Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto. 90-95.

Leitura complementar:

- 📖 CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês & LEIRIA, Isabel (orgs.).(1987) "A Demanda da Ortografia Portuguesa". Lisboa: Sá Costa.
- 📖 PESSOA, Fernando. A Língua Portuguesa. Organização Luíza Medeiros. São Paulo: Comanhia das Letras, 1999

Outros Materiais:

- Cronologia dos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa: em Castilho (2010: 92-96)
- Fac-símile da Gramática da Língua Portuguesa de F. Oliveira (1532)
- Fac-símile da Carta de Caminha (1500)

1. Motes para a discussão

1.1 Do Fórum

- ⇒ Olá!!! Pergunta que não quer calar: Com tantos falares diferentes no Brasil, será que o novo acordo ortográfico conseguirá fixar-se? Ele conseguirá atingir aquela massa mais distante de informações? Ocorrendo isso, o que fazer? (Retificando: NÃO ocorrendo isso, o que fazer?)
- ⇒ "Não há uma língua portuguesa, há línguas em português": em poucas palavras o escritor José Saramago, de forma contundente e categórica, apresenta-nos uma idéia da dimensão da língua portuguesa no mundo. A partir da afirmação do escritor, muitas questões poderiam ser suscitadas, fixemo-nos porém nas seguintes:
Por conta de fatores político-econômicos que visam a uma unificação, a pluralidade, bem como o processo de expansão da língua portuguesa no mundo globalizado encontra alguns empecilhos. Nesse sentido, o novo acordo ortográfico também contribui para o processo de expansão? Se sim, em que medida? Além do acordo ortográfico, que outros mecanismos de unificação da língua podemos citar?
- ⇒ São tantas "*línguas em português*", "*filhos maiores de Portugal*"... Como se pode pensar em uma **reforma ortográfica**, que visa a aproximação de uma língua e outra, quando, o que acontece segue em uma trajetória oposta: mais e mais "divisões", mudanças e variações?
- ⇒ O contato do português com a diversidade de cultura dos povos colonizados que passaram a falar a língua e, sobretudo, adaptá-la para sua forma de comunicação nativa enriqueceu o idioma dos colonizadores. A língua está viva porque aceita as variações não apenas sobre o léxico ou a sintaxe mas ainda porque essas variações são capazes de traduzir algumas particularidades de seus falantes. Quando Mia Couto indica que o português perdeu o dono senti nessa afirmação uma possibilidade interessante: essa perda pareceu-me muito com a "suposta" perda de uma mãe ao casar um filho. Ela pensa que perdeu seu filho ou filha quando na verdade, com a união dele ou dela, ganhou no genro ou nora um novo filho, um novo ente familiar. Por ter a convicção que nas piores situações está uma oportunidade de ver o lado bom, acredito que a riqueza da língua está exatamente nessa capacidade de agrupar, incluir, admitir, reconhecer. Dessa forma, não concordo com a reforma ortográfica como uma proposta de unificação dos falantes do português. A princípio porque cada falante tem sua particularidade, dentro de um mesmo território como os sotaques, gírias e regionalismos e isso é parte da riqueza da língua. Considerar a tentativa de unificação como o desejo de se formar um bloco na atualidade globalizada parece-me uma proposta equivocada visto que para formar um grupo de

influência internacional cada país tem também particularidades a serem analisadas e resolvidas. Não se pode considerar que o sistema de ensino ou acesso a saúde pública em outras nações falantes do português é equivalente aos padrões brasileiros ou portugueses, por exemplo. Justamente por ser uma mina inesgotável de beleza e valor, como relatou Saramago na parte do documentário assistida, uma unificação é traumática, mesmo que seja apenas na escrita.

- ⇒ Olá Marta!!!
Na verdade, é uma ironia do destino.
Da mesma forma que Portugal instituiu o galego-português depois o português para se diferenciar das outras línguas latinas, Brasil adotou forma de escrita diferente de Portugal para se tornar mais independente.
Houve um **acordo ortográfico** nos países lusofonos em 1945, para tentar unificar a escrita. Brasil simplesmente aboliu e continuou o **formulário ortográfico** que havia feito em 1943, reformado em 1971.
O **acordo** de agora é de 1990. Proposto pelo Antônio Hoais.
- ⇒ Parece que ideia e traquilo já se escrevia assim em Portugal desde 1945.
Também acho que não deveria impor um novo jeito de escrever, mas não impoem jeito de escrever desde que nascemos, Marta? Um mesmo jeito PB no país todo? Um jeito PE nos outros países exceto Brasil?
Absurdo mesmo era tentar padronizar uma única pronúncia ou adotar uma pronúncia como excelência, como já tentaram antes neste país.
Até.
- ⇒ Olá.
Não sei se já perguntaram.
Essa reforma não é mais maléfica que benéfica?
Sei que tem muitas exceções de acentuação abolidas.
Sei também que devido a reforma de 1945 e a do Brasil de 1943, corrigida em 1971, contribuíram para aumentar o abismo linguístico de PB e PE.
Mas a reforma não é um movimento artificial demais?
Uma língua deve ser feita por seus falantes, e não imposta por uma academia e afins.
- ⇒ Uma questão que me deixa intrigada é o fato de que se nós pertencemos a uma comunidade de países que falam a mesma língua, o português, (como mostrado pela colega em sala no livro da "Turma da Mônica") por que há tanta diferença nos falares dessas regiões ao ponto de precisarmos de um acordo ortográfico para nos entendermos? Como foi dito no vídeo "*Falamos a mesma língua, mas ela não é falada da mesma maneira*". Por que há essa diferença?
- ⇒ Olá Bianca!!!
Primeiro, acho que falar é diferente de escrever...
Acho que cada lugar tem sua história externa e este modifica a história interna da fala.
Segundo, acho que este segundo acordo é porque Brasil e Portugal fica de briguinha para ver quem manda mais na língua. Suponho que só no Brasil se escrevia diferente de Portugal porque os outros seis são independentes a bem menos tempo. Parece que ideia e traquilo já se escrevia assim em Portugal desde 1945.
É o que acho.

1.3 Da bibliografia

PESSOA, Fernando (1999 ed), *A Língua Portuguesa*:

- “A linguagem falada é natural, a escrita civilizacional. A linguagem falada é momentânea, a escrita duradoura. A linguagem falada é democrática e constante, a escrita aristocrática e episódica”. (1999:55)
- “A linguagem falada é popular, A linguagem escrita é aristocrática. Quem aprendeu a ler e a escrever deve conformar-se com as normas aristocráticas que vigoram naquele campo aristocrático.” (1999:55)
- “Na palavra falada temos que ser, em absoluto, do nosso tempo e lugar; não podemos falar como Vieira, pois nos arriscamos ou ao ridículo ou à incompreensão. Não podemos pensar como Descartes, pois nos arriscamos ao tédio alheio. A palavra escrita, ao contrário, não é para quem a ouve, busca quem a ouça; escolhe quem a entenda, e não se subordina a quem a escolhe. Na palavra escrita tem tudo que estar explicado, pois o leitor não pode interromper com o pedido de que nos expliquemos melhor.” (1999:57)
- “A base da ortografia é não haver confusão de sentido nas palavras escritas. Basta, pois, que uma determinada série de letras não possa representar mais que uma palavra”. (1999:57)

(Pessoa se insurgiu contra a reforma ortográfica de 1911, de bases fonéticas; segundo ele, feita

pelos “castelhanos inconscientes do Governo Provisório”; e defendeu uma ortografia etimológica; cf. o posfácio “*Em Demanda da Ortografia Etimológica*”, de Luisa Medeiros, em “A Língua Portuguesa”)

2. Aprofundamento dessa Discussão

2.1 Algumas Análises

2.3.1 CASTILHO, Ataliba: Norma Ortográfica (In Castilho 2010:92)

“A ortografia é um dos temas permanentes da Gramática Normativa. As línguas de grande circulação, sobretudo quando usadas em mais de uma região geográfica, precisam de um código ortográfico uniforme para facilitar a circulação dos textos.”

“Os códigos gráficos perseguem um objetivo que nunca será atingido: aproximar a língua escrita da língua falada. Escrever como se fala é impossível: basta lembrar a flutuação da pronúncia em qualquer país. As grafias, por isso, representam uma sorte de abstratização sobre a execução linguística, assegurando a intercompreensão.”

“Durante o período do Português Arcaico, cada copista escrevia uma mesma palavra como bem entendia. Elis de Almeida Cardoso selecionou as seguintes variantes de igreja: *ygreja, eygreya, eygleyga, eigreia, eygreya, eygreya, eigreia, eygreia, igleja, igreia, igreja e ygriga* (veja em www.discutindoalinguaportuguesa.com). Já pensou? Aparentemente, nada disso era um grande problema, pois o analfabetismo era geral.”

“A partir do século XVI se passou a perseguir a 'grafia perfeita' - outra utopia. Sucederam-se vários acertos, matéria que mais recentemente tem sido tratada em legislação própria. A grafia tornou-se assim a única manifestação linguística regulada por leis específicas.”

2.3.2 TAVANI, Giuseppe: *Antecedentes Históricos: a ortografia da língua portuguesa* (In CASTRO et alii 1987 201:218)

“A questão da ortografia é um dos capítulos mais atormentados da história linguística portuguesa. Ao contrário do espanhol, que nos fins do século XV encontrou em Nebrija o seu codificador tanto da grafia como da gramática, e mesmo do italiano que, após diversas vicissitudes, acabou por receber a forma gráfica definitiva entre o século XVII e o XVIII, o português manteve até ao princípio do século em que estamos uma grafia tradicional inspirada em etimologias um tanto arbitrárias. Essa conservação, agravada pela tendência dos escritores para forjar ortografias individuais, deu origem a confusões de monta; e ainda hoje, a despeito das numerosas reformas que se sucederam em setenta e seis anos, não estamos em condições de dizer que a situação se tenha tornado absolutamente clara”.

“A história da ortografia portuguesa pode *grosso modo* dividir-se em três períodos, o primeiro dos quais, caracterizado por uma certa aderência da escrita à pronúncia, abraça os séculos que vão do XIII até cerca de meados do XVI; o segundo período (de ortografia etimológica) vai do Renascimento até ao início do século XX e o terceiro (período das reformas ortográficas) desenvolve-se desde então”

2.3.3 MARQUILHAS, Rita: *O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas* (In Castro et alii 1996 103:116):

“Dada a natureza, irremediavelmente codificada, e linear, da escrita, enquanto redução a caracteres encadeados, de quando em quando espaçados, de uma realidade como a da língua, só à custa de desesperados esforços se consegue estabelecer um paralelo entre a história das tradições ortográficas e a história da cultura de um povo. Nas escritas ocidentais, um número reduzido de sinais, limitadas soluções de articulação, dois únicos sentidos vectoriais possíveis (da esquerda para a direita, e de cima para baixo) sempre impediram o surgimento de espaços de fuga potencialmente significativos. Por outro lado, em Portugal, e até 1911, nunca se pôde falar de uma única e coerciva ortografia nacional, pelo que a subversão individual de quaisquer regras adquiridas não significava mais que uma mera opção gráfica pessoal. Não puderam, pois, os grandes movimentos culturais deixar nas ortografias suas contemporâneas marcas directas do pensamento que os animava. Mas a correspondência não deixou de se verificar; só que se manifestou de uma maneira indirecta.”

“Devendo a ortografia de qualquer tempo assumir dois compromissos simultâneos - um deles a vinculá-la à tradição gráfica que a precede, para que os seus caracteres se não tornem de repente ilegíveis, e outro a ligá-la à realidade fonética da fala, para que entre os dois sistemas, escrito e falado, não se cortem as relações minimamente exigidas - logo se criaram dois paradigmas alternativos: um extremamente histórico, e outro exaustivamente fonético. teorizar sobre a recta ortografia, em Portugal, tem sido sempre, desde o primeiro gramático, Fernão de Oliveira, argumentar em favor de um ou outro paradigma, propondo soluções ora extremistas, ora conciliatórias. A forma definitiva, contudo, nunca foi encontrada, porque lhe faltou sempre um apoio externo, normativo, absolutamente indispensável para que o convencionalismo da escolha dos caracteres funcionasse enquanto tal.”

2.2 Alguns dados atuais e históricos

2.1.1 MACHADO, Maria Clara (Portal do MEC - 22.08.2007):

“A língua portuguesa é falada por cerca de 220 milhões de pessoas no Brasil e no mundo — aproximadamente 190 milhões de brasileiros, outros 10,5 milhões de portugueses e demais falantes em países africanos e em comunidades na Ásia e América. O que coloca o idioma na quinta posição entre os mais falados do planeta. Entretanto, o português é o único idioma ocidental a adotar duas grafias oficiais.

Para resolver o impasse e alargar a compreensão entre falantes do português, foi criado o **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**, que busca unificar o registro escrito nos oito países que falam o idioma — Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Brasil e Portugal”.(...)

“O congresso brasileiro aprovou a unificação ortográfica em 2001, depois de cerca de dez anos de discussão, quando foi também sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O último dos três países a aprová-la foi São Tomé e Príncipe, em dezembro de 2006. A previsão é de que o acordo comece a valer em 2009 e que até 2011 todos os livros didáticos brasileiros estejam adaptados às novas regras. “No caso do Brasil, é conveniente adotarmos um prazo que inclua dois anos para adaptação das mudanças”, explica Xavier.”(...)

“Mudanças — Segundo o filólogo Antônio Houaiss (1915-1999), principal negociador brasileiro do acordo ortográfico e quem elaborou a Nova Ortografia da Língua Portuguesa, publicada em 1991, será possível resolver até 98% das diferenças ortográficas do idioma. Mesmo assim, não deve haver uniformização, já que, na avaliação do filólogo, a língua é dinâmica e atrelada às tradições culturais, por isso mesmo a reforma prevê casos de dupla grafia. Um exemplo é o nome Antônio, que os portugueses escrevem com acento agudo, no lugar do circunflexo, em razão da pronúncia mais aberta que a brasileira. Assim, a nova regra prevê a convivência das duas grafias. Outras alterações — serão 20 bases de mudanças no total — são o fim do trema, presente hoje em palavras como lingüiça; a supressão de consoantes mudas, como em actor (escrita portuguesa); novas regras para o emprego do hífen; a inclusão das letras w, k e y ao idioma, além de novas regras de acentuação, em que palavras como idéia e assembléia perdem o acento agudo, entre outras modificações”.

2.1.2 PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010

“A ortografia da língua portuguesa é regida por um conjunto de normas oficiais apresentadas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Desde o início do século XX quer em Portugal, quer no Brasil, verificaram-se preocupações em estabelecer um modelo de ortografia que pudesse ser usado como referência nas publicações oficiais e no ensino, iniciando-se assim um longo processo de convergência de ambas as ortografias.

No ano de 1943 realiza-se em Lisboa um encontro entre os dois países com o objectivo de uniformizar os dois vocabulários já publicados, o da Academia das Ciências de Lisboa em 1940 e o da Academia Brasileira de Letras em 1943. Este encontro originou o Acordo Ortográfico de 1945, que apenas se tornou vigente em Portugal, não tendo sido ratificado pelo Brasil que continua a reger-se pelo Vocabulário de 1943.

Em 1986 foi feita, no Brasil, uma nova tentativa de uniformização mas não se chegou a nenhum consenso. Anos mais tarde, fruto de um longo trabalho desenvolvido por ambas as Academias, os representantes oficiais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe assinam o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, ao qual em

2004 adere Timor. O texto do acordo de 1990 não entrou em vigor por falta de ratificação.

Em suma, vigora no Brasil o Formulário Ortográfico de 1943 e em Portugal e nos restantes países da CPLP (Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa) o Acordo Ortográfico de 1945.

Tal como os acordos, também as nomenclaturas gramaticais são diferentes em Portugal e no Brasil. A legislação que coloca em vigor a Nomenclatura Gramatical Brasileira data de 28 de Janeiro de 1959, enquanto que a equivalente portuguesa é de 28 de Abril de 1967”.

3. Novos motes para discussão

Voltaremos ao tema específico da norma ortográfica quando formos tratar de alguns aspectos da variação linguística na língua portuguesa. Por enquanto, vamos relacionar o tema de hoje com as seguintes questões selecionadas do Fórum:

- ⇒ Uma questão que me deixa intrigada é o fato de que se nós pertencemos a uma comunidade de países que falam a mesma língua, o português, (como mostrado pela colega em sala no livro da "Turma da Mônica") por que há tanta diferença nos falares dessas regiões ao ponto de precisarmos de um acordo ortográfico para nos entendermos? Como foi dito no vídeo "*Falamos a mesma língua, mas ela não é falada da mesma maneira*". Por que há essa diferença?
- ⇒ Em um único país, com uma única língua oficial, o português, como existir tantos sotaques, tantas gírias? Tantos modos de se dizer uma única frase com o mesmo significado? De onde veio e surgiu o jeito de cada região brasileira ter seu modo particular de se comunicar? E o porquê o modo de escrever é sempre o mesmo voltado para a conservação?
- ⇒ Qual a explicação para a homogeneidade da "língua portuguesa", durante tantos séculos, tendo em vista a distância geográfica dos países falantes da língua?
- ⇒ Ao pensar na língua portuguesa, com todas as suas nuances, me questiono se a unidade da língua não é fruto da capacidade que ela possui de conviver com as suas variações e possibilidades. Outra questão que sempre acompanha está é: Será que a sobrevivência de uma língua não estaria diretamente ligada a esta capacidade de conviver com as variações?
- ⇒ Uma coisa bem interessante na discussão sobre o estudo da língua é o fato de que ela, apesar de ser criada (e a todo momento recriada) pelos seus falantes, sofre mudanças que não dependem da vontade de quem a usa. Casos pontuais como o suave têm sim uma origem na criatividade do indivíduo, mas a teia complexa da variação linguística é composta por inúmeros fatores, tornando-se impossível induzir uma mudança na língua sistematicamente. A língua é feita pelas pessoas, mas de um modo que torna-se algo maior que a individualidade.
Por causa disso, ao se estudar o que é o nosso idioma é tão importante uma abordagem científica. A ciência mapeia o mundo ao nosso redor, tal como ele é. E a linguagem, feita pelo coletivo, não pode ser prescrita, apenas estudada.
- ⇒ Sim, Estou de acordo com o Marcos quando ele trata do caráter contraditório da língua: Ela muda de acordo com as individualidades dos falantes porém os mesmos não tem consciência imediata desta mudança.
Todavia, minha dúvida é a seguinte: Fala-se em Português Brasileiro e Português Europeu; em Inglês Americano e Inglês britânico; em Francês Europeu e Francês Canadense... Há métodos e ferramentas teóricas para separar línguas? Até que ponto pode-se dizer que a língua falada no Rio Grande do Sul é uma variante do Português e a língua da Argentina é OUTRO idioma? Qual é a diferença entre dialetos e línguas?
Faço esta pergunta porque há dialetos que se distanciam tanto da "língua padrão" e idiomas tão parecidos, impossibilitando, acho eu, uma divisão mais exata.

TÓPICO I: A "Língua falada", a "Língua escrita", e o estudo da língua portuguesa

Semana 3

A Norma Culta

O "Certo" e o "Errado" na escrita e na oralidade

MATERIAIS PARA ESTA AULA

- Discussões e perguntas da semana no Fórum de FLC0115 - 2010231 (<http://moodle.stoa.usp.br/mod/forum/discuss.php?d=6024>)

Leitura na bibliografia específica para o tópico:

- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (2010). *1.4 A Língua é um conjunto de "usos bons" - Gramática Prescritiva*. In: Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto. (90-95)
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (2010). *Capítulo 4 Diversidade do Português Brasileiro*. In: Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto. (197-224)

Leitura complementar:

- GULLAR, Ferreira. Quando o errado está certo. Folha de São Paulo, Caderno Ilustrada. 20.06.2010. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2006201030.htm>>.

1. Motes para a discussão - Questões do fórum nesta semana

- ⇒ O que eu estou achando estranho é o sentido do estudo da língua, realmente existe o caráter conflitante entre o prescritivo e o normativo, resultando na consciência de não se fazer um juízo etnocêntrico sobre a variação local como a "correta", mas ao mesmo tempo lembrando que o idioma é um código comum, assim, me parece que a questão é sobre ensinar-se muitas variações e sobre os contextos de uso, o que Preti chama de "situações de comunicação", legando ao falante que este escolha a forma de seu discurso livremente.
- ⇒ Não sei se todos tiveram a oportunidade de ler o capítulo de O português da gente, "Português do Brasil: a variação que vemos e a variação que esquecemos de ver", mas nele há uma discussão importantíssima e que reitifica o que veio sendo discutido aqui no fórum. Qual o verdadeiro propósito da gramática? Como apontam Ilari e Basso, seria ingênuo de nossa parte acreditar que a intenção é corrigir, apenas, o que os autores chamam de "edificante". Antes, representa uma outra forma de exclusão e manutenção da desigualdade. Por fim, uma segunda discussão: por que as formas discriminadas, desvalorizadas são as que têm a maior frequência de uso, até pelos que dominam a norma padrão da língua?
- ⇒ Gostaria primeiramente, para iniciar uma discussão sobre o ensino de gramática (tema tratado pelo professor Ataliba em sua entrevista para a ReVEL), de colocar aqui uma reflexão do poeta Ferreira Gullar publicada na Folha no último dia 20 de junho. "Sabe-se que, para a maioria dos linguistas, não existe isso de falar errado: todo o mundo fala certo. Admitem existir uma "norma culta", que obedece às regras gramaticais, mas violá-las não é propriamente errar. Ouvi de um deles que está tão certo dizer "pobrema" como "problema". Obtuso como sou, tenho dificuldade de entender por que eles mesmos vivem escrevendo livros e colunas em jornais, ensinando como se deve escrever. Ora, se não existe falar errado, por que ensinar?". Segundo o professor Ataliba, inicialmente, o interesse dos estudos da língua portuguesa falada era apenas descritivo. Porém, o resultado desses estudos mostrou-se proveitoso para as atividades educacionais. Como disse o professor, "por meio da língua falada poderíamos chegar à língua escrita, num percurso mais proveitoso, porque fundamentado no que o aluno já sabe para chegar a domínios que ele não conhece". Esses "domínios que ele não conhece", pelo que me parece, são os da gramática normativa, de forma que, ainda que devamos aceitar a variedade da língua falada, há um objetivo a ser perseguido na escrita, que é o domínio da norma culta, certo? Assim, o problema não estaria necessariamente em ensinar a norma culta da língua portuguesa, mais em como ensiná-la, não? Incomodado com o rumo tomado pela língua portuguesa falada na TV e escrita nos jornais, Ferreira Gullar termina seu artigo com o seguinte questionamento: "será que escrever certo é elitismo?". O que vocês acham?
- ⇒ Vitor, concordo, mas não adianta, quando escrevemos, a menos que tenhamos muita intimidade com o leitor, sempre tendemos a ser um pouco mais formais, eu penso. E vocês?

- ⇒ Para quem tiver interesse, segue o artigo completo do Ferreira Gullar. Discordo de vários pontos do texto, mas acho interessante lê-lo, uma vez que se trata de uma visão bem diferente da dos autores que costumamos ler nos cursos de IELP. Lembrando que Ferreira Gullar é considerado um dos mais importantes poetas da língua portuguesa da atualidade...
- ⇒ Li um livro do Marcos Bagno onde ele fala que a gramática do português é muito baseada na cultura e vida de Portugal e mesmo assim essa gramática é cobrada dos brasileiros no falar e no escrever. Partindo disso, penso que seria um erro das escolas propagarem uma visão errada da língua, que se baseia em conceitos ultrapassados e tão distantes de nós. Porque, então, essa nova gramática do português brasileiro, de Ataliba de Castilho não passa a ser adotada como referencial em termos de ensino? Digo isso por experiência própria, já que sempre achei as aulas de gramática horríveis por não ver uso naquilo que eu tinha que "aprender".
- ⇒ Os pesquisadores da língua falada defendem que "atingiríamos com mais eficácia a língua escrita se começássemos nossa prática escolar pela reflexão sobre a língua falada", mas na língua falada, não estamos preocupados com a gramática, se tal pronome foi ou não colocado de uma forma correta, pois é usada no dia-dia. Já na língua escrita, temos essa preocupação, pois ela exige o uso correto da gramática. Com base nessa contradição, de que a língua falada é mais flexível e a escrita mais conservadora, eu pergunto se essa imposição da gramática na língua escrita e a maleabilidade do uso da gramática na língua falada, não fez com que ela se tornasse um bicho de sete cabeças, temida por todos?

2. Aprofundamento da discussão

2.1 Exposição do Capítulo 1.4 Castilho (2010): A língua é um conjunto de "usos bons"

2.1.1 Da perspectiva prescritiva sobre a língua:

"A Gramática Prescritiva, também conhecida como Gramática Normativa, ou Gramática Escolar, preocupa-se com a variedade culta da língua (...). ... as sociedades humanas são restritivas a respeito da variação linguística, promovendo uma das variáveis, a culta, e discriminando a outra, popular. O Estado e seu aparato de ensino são sensíveis a esse fato, e por isso a Escola - que é uma das representações do Estado - privilegia em suas práticas a chamada norma culta. Acredita-se que a promoção da cidadania assenta-se em seu domínio do padrão privilegiado socialmente". (90)

2.1.2 Do conceito de "variedade social de prestígio":

"Nas diversas comunidades, há sempre uma variedade social de maior prestígio, a que se denomina norma ou padrão. (...) Os linguistas mostram que a norma é uma variedade à qual a comunidade de fala atribui um prestígio maior, em face do qual as demais variedades sofrem discriminação". (90)

2.1.3 Do conceito de Norma Gramatical:

"O conceito linguístico de norma abriga três aspectos: a norma objetiva (ou padrão real), a norma subjetiva (ou padrão ideal) e a norma pedagógica (ou padrão escolar)" (90)

Norma objetiva:	Norma subjetiva:	Norma pedagógica:
"A norma objetiva é o uso linguístico concreto praticado pela classe socialmente prestigiada. Ela é, portanto, um dialeto social."	O conceito de norma subjetiva remete a "o que o falante pensa de sua própria execução linguística".	"Se associarmos a norma objetiva e a norma subjetiva, poderemos configurar a norma pedagógica, que é, portanto, uma mistura um tanto difícil de realismo com idealismo em matéria de fenômenos linguísticos."
"Como um dialeto social, a norma objetiva não está a salvo do fenômeno da variação linguística".	"A norma subjetiva, portanto, é um conjunto de juízos de valor emitidos pelos falantes a respeito da norma objetiva".	"Numa sociedade em rápido processo de mudança como é a brasileira, há uma natural flutuação nas aspirações da classe escolarizada com respeito à adequação em matéria de linguística. A isso se associa nosso conhecimento ainda imperfeito da norma objetiva, apesar dos enormes avanços já registrados".
"A norma objetiva é então um feixe de normas".	"Confrontada com o elenco de variantes possíveis, a classe culta seleciona a que parece mais adequada, discriminando as demais, ou utilizando-as apenas em situações precisas"	

2.2 Discussão do artigo "Quando o errado está certo"

A partir das questões levantadas no fórum nesta semana, selecionadas acima, e à luz da leitura do primeiro capítulo de Ataliba (2010), vamos discutir o texto de Gullar (2010), em especial quanto aos seguintes trechos:

"Sabe-se que, para a maioria dos linguistas, não existe isso de falar errado: todo o mundo fala certo. Admitem existir uma "norma culta", que obedece às regras gramaticais, mas violá-las não é propriamente errar. Ouvi de um deles que está tão certo dizer "pobrema" como "problema". Obtuso como sou, tenho dificuldade de entender por que eles mesmos vivem escrevendo livros e colunas em jornais, ensinando como se deve escrever. Ora, se não existe falar errado, por que ensinar?"

"Já mencionei aqui, noutra ocasião, a tal lei da termodinâmica, segundo a qual os sistemas tendem à desordem. Sendo a língua um sistema, está sujeita a desorganizar-se, como o atestam os exemplos citados, tanto mais hoje em dia, quando a TV induz milhões de pessoas a falar errado. Essa mesma TV que poderia se tornar um instrumento decisivo na luta contra a entropia. Ou será que escrever certo é elitismo?"

3. Retorno da discussão

Ao longo da discussão proposta em 2.2 acima, diversas questões relevantes foram levantadas pelos grupos, em especial questões que remetem à situação atual do ensino de português como língua materna no Brasil. Voltaremos a esses pontos em um outro momento do curso. Por ora destacaremos o seguinte ponto para prosseguir os debates: na visão delineada em Castilho (2010), a "Norma Gramatical" mobiliza três aspectos: a norma objetiva, a norma subjetiva e a norma pedagógica, conforme detalhado em 2.1. Vimos que há uma disjunção entre a norma objetiva e a norma subjetiva, ou seja, entre a prática linguística efetiva dos falantes no grupo definido como "falantes cultos" e a idéia que estes falantes fazem de sua execução linguística.

Podemos compreender, a partir disso, um dos pontos de relevância dos estudos sobre a norma linguística culta no Brasil: eles buscaram descrever a norma objetiva, por meio de levantamentos científicos sobre a prática linguística dos brasileiros classificados como "cultos". Esses estudos, desde o início, privilegiaram a língua falada. Por que?

Vamos lembrar de um ponto importante destacado em Castilho (2010): na sua dimensão de "norma objetiva", a "língua culta" constitui um dialeto social, e como tal está sujeito à **variação**. É central para os estudos compreender a variação no interior do dialeto assim delimitado, uma vez que o conjunto das variantes possíveis na "norma objetiva" é um dos pontos de apoio sobre os quais a "norma subjetiva" irá se constituir. Noutros termos: as diferentes possibilidades de execução linguística dos falantes cultos (i.e. as variantes da norma objetiva) são uma das bases sobre as quais esses falantes irão conformar seus juízos de valor ("Confrontada com o elenco de variantes possíveis, a classe culta seleciona a que parece mais adequada, discriminando as demais, ou utilizando-as apenas em situações precisas"). Isso indica que o primeiro passo na direção da compreensão dos funcionamentos que envolvem a norma gramatical (e isso inclui a prática escolar sobre a língua, tópico que surgiu muito fortemente nas nossas discussões) é a descrição da norma objetiva com todo seu leque de variantes (ou o "feixe de normas" que a forma, nas palavras de Castilho).

Ainda seguindo o mesmo texto, temos indicações importantes sobre a conformação da variação linguística no interior da assim chamada "norma objetiva" (vista, aqui, como a prática linguística efetiva no dialeto social de prestígio). A variação opera em diferentes dimensões: em primeiro lugar, e de modo mais evidente, no tempo e no espaço: "temos uma norma objetiva para cada período histórico, uma norma geográfica (nos países de maior estabilidade social, a norma coincide com o falar de uma região)". No caso do Brasil, como destaca Castilho, a situação é bastante diversa:

"No caso do Brasil, o policentrismo cultural acarreta necessariamente uma variedade de normas objetivas:

- (i) uma norma intraindividual, que pode ser espontânea ou coloquial/refletida ou formal;
- (ii) uma norma individual, pois há normas para as diferentes faixas etárias da classe de prestígio;
- (iii) uma norma temática; e
- (iv) uma norma relativa ao canal".

Em seguida, veremos mais de perto esses aspectos que envolvem a variação linguística (deixaremos para um outro momento o problema da variação no espaço e no tempo). Sobre tudo, examinaremos as teorias que os linguistas desenvolveram sobre a variação "de canal" (a que distingue língua falada e língua escrita).

Neste ponto podemos perceber indicações para uma resposta inicial àquela pergunta colocada mais acima (i.e. os estudos sobre a norma culta objetiva no Brasil privilegiaram a oralidade - por quê?). Uma das razões para isso é que a variação no interior da norma culta (que, como vimos, é um dos aspectos que importa aos estudos descritivos) se dá mais amplamente a perceber nas modalidades faladas que nas escritas. Isso não significa que os estudos sobre a norma culta no Brasil abandonaram a língua escrita, mas sim que passaram a incluir a língua falada como ponto importante no horizonte das preocupações de pesquisa. Com isso iremos encerrar o tópico introdutório do curso, e nos aproximaremos de seu objetivo principal ("*apresentar ao aluno possibilidades teóricas de tratamento do texto falado e características da oralidade em sua relação com o letramento e a escrita, com base na perspectiva textual-interativa*").

4. A variação linguística - Preliminares

(Preparação para a leitura de "*Diversidade do Português Brasileiro*", Castilho 2010:197-224 - Cap. 4)

"As línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas.

Variação e mudança são propriedades linguísticas que não impedem a intercompreensão, porque obedecem a uma sistematicidade e a uma regularidade, comprovadas por pesquisas de sociolinguistas e de linguistas históricos. Entre outras, a teoria da variação e mudança focaliza essa característica das línguas".

Neste capítulo, Castilho irá tratar de quatro dimensões da variação linguística no PB:

- Variação geográfica
- Variação sociocultural
- Variação individual
- Variação de canal

"Cada uma dessas variações, por sua vez, é organizada por um conjunto de variantes, ou seja, um conjunto de usos linguísticos considerados relevantes para a caracterização de uma variedade. Com isso, entende-se por variação a manifestação concreta da língua, e por variedade a soma idealizada das variações. Se fôssemos dispor esses conceitos numa hierarquia, teríamos:

variante > variação > variedade.

Para estudar a variação linguística, temos de selecionar um conjunto de variantes. Ordenamos as variantes a partir dos diferentes eixos de variação, enumerados anteriormente. E como esses eixos coexistem no tempo, segue-se que cada variante que produzimos convive com as demais". (...)

"Cada variante pode ser descrita em termos de regras categóricas e regras variáveis. As regras categóricas escapam ao fenômeno da variação, como no caso da anteposição obrigatória do artigo ao substantivo, vedada sua posposição. As regras variáveis captam as situações em que temos liberdade de escolha, como é o caso da anteposição ou posposição do sujeito.

A pesquisa sociolinguística tem mostrado que as regras variáveis são correlacionadas com fatores sociais e fatores estruturais. Na síntese de Maria Luíza Braga (com. pessoal), 'a variação que observamos decorre da seleção de variantes de uma mesma regra variável própria da variedade sob exame.' Este capítulo tem por objetivo examinar a diversidade do PB, enquadrada nesses conceitos."

Para uma boa leitura deste capítulo, será importante mantermos em mente que a perspectiva do "senso comum" (vamos dizer assim) sobre cada uma dessas dimensões da variação linguística não é homogênea. Comparemos por exemplo as avaliações do senso comum quanto à variação geográfica em contraste à variação sociocultural: qualquer falante do português (como é geral nas línguas) reconhece os diferentes "sotaques" regionais, e os toma, grosso modo, pelo que efetivamente são segundo as teorias linguísticas: "*diferentes formas de falar condicionadas pela região de origem do falante*" (o que não deixa de ser uma definição razoável para a variação geográfica):

ex.: (1) vamo[ɰ] ~ vamo[s] (Castilho 2010: 202)

Imaginemos agora o que o senso comum enxergaria num contraste como o seguinte:

ex.: (2) ore[λ]a ~ ore[y]a; ma[l]vado ~ ma[r]vado (Castilho 2010: 206)

Para os linguistas, as variantes em (2) são exemplos da variação sociocultural no PB - ou seja: tratam-se de diferentes formas associadas a diferentes dialetos sociais. Na perspectiva do senso comum, entretanto, uma das formas em cada par é "correta", a outra, simplesmente, "incorreta".

Sobre as diferenças linguísticas associadas à variação sociocultural, portanto, recaem avaliações subjetivas que remetem ao "juízo de valor" (isso, ressalte-se, de uma perspectiva muito geral; pois, sabemos, a valoração subjetiva recai também sobre a variação regional, em especial quando ela se intersecta com a variação sociocultural). As variações de registro e de canal também são afetadas, em certa medida, pelo juízo de valor advindo do "senso comum". Seja qual for a "opinião" pessoal de cada um sobre este tema, será importante ter em mente que o problema do "juízo de valor" será inevitavelmente ativado pela leitura deste texto; discutiremos isso na próxima sessão. E ainda, para que esta leitura seja mais proveitosa, ela deverá ser seguida pela leitura (ou releitura) do texto "*A variação que vemos e a variação que deixamos de ver*", de Ilari e Basso.

Na próxima semana poderemos discutir essa questão do "certo" e "errado" (que surgiu espontaneamente no grupo depois da nossa leitura do texto de Pero Vaz de Caminha) com maior propriedade, agora que já discutimos o conceito de Norma Gramatical, e que vamos ler um pouco sobre as diferentes dimensões da variação linguística nos dois textos recomendados.

5. Preparação para a próxima semana

5.1 Leituras

As aulas da próxima semana serão conduzidas com a pressuposição das seguintes leituras:

- | |
|---|
| <p>📖 CASTILHO, Ataliba Teixeira de (2010). <i>Capítulo 4 Diversidade do Português Brasileiro</i>. In: Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto. (197-224)</p> <p>📖 ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato (2006). <i>Português do Brasil: A Variação que vemos, e a variação que esquecemos de ver</i>. In: O Português da gente: A língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto. (151-196)</p> |
|---|

5.2 Atividades no fórum

Nesta semana, trabalharemos de um modo um pouco diferente no Fórum do curso. As questões deverão estar circunscritas a temas tratados nos dois textos recomendados para a leitura (cf. acima).

Para isso, foi criado um fórum específico: <http://moodle.stoa.usp.br/mod/forum/view.php?f=1800>.

Para aproveitar melhor esta atividade, você poderá retomar a questão que você mesmo propôs para esta semana, e verificar em que medida ela poderia ser modificada pela sua leitura dos textos recomendados. Há alguma pergunta sua que encontra respostas em algum dos textos? Há alguma formulação que você modificaria, tendo em vista a leitura dos textos?